

AS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES ANTIESCRAVISTAS NA CIDADE DE SÃO PAULO (1850-1871)

RENATA RIBEIRO FRANCISCO¹

O presente texto tem por finalidade abordar alguns dos aspectos que caracterizaram as primeiras manifestações emancipacionistas na cidade de São Paulo entre 1850 e 1871. Observa-se que há poucos estudos sobre o tema em questão nesse período. Isso se deve ao fato de a historiografia sobre escravidão e abolicionismo ter focado suas análises para os instantes finais da instituição escravista.

Tais pesquisas buscaram sustentação teórica e metodológica na historiografia renovada que trouxe para o centro das discussões novos temas e novos sujeitos históricos. Os modelos interpretativos surgidos na década de 1980 aproximaram o campo das ciências sociais, os estudos culturais e políticos, abrindo espaço para que a interpretação histórica fosse abordada pelo prisma dos dominados, com isso pretendia-se fugir de generalizações dos processos sociais.

Entre os historiadores que colaboraram com as novas tendências historiográficas está o inglês Edward Thompson, que retomou o conceito de classe social questionando as rígidas relações entre dominantes e dominados e incorporando no mesmo sentido uma nova perspectiva analítica em que se valorizou o político e o social em detrimento do econômico. Dessa maneira, o autor conduziu as análises das relações do trabalho de um modo menos rígido. Partindo da experiência do operariado inglês, Thompson apresentou um novo modelo de interpretação das relações entre dominantes e dominados, que não implicava necessariamente na dominação de uma classe sobre a outra.

Os novos modelos interpretativos utilizados pelo historiador para o estudo do operariado inglês logo influenciaram a história social no Brasil, principalmente em fins da década de 1870 e na de 1980, quando o país passava pelo processo de redemocratização política e o tema dos movimentos sociais se sobrepôs ao econômico.

Segundo Ângela de Castro Gomes, os novos estudos sociais deram espaço aos excluídos - os operários, os escravos, os pobres e as mulheres. Tais metodologias e

¹ Universidade Estadual Paulista, UNESP. Mestre em História.

teorias influenciaram principalmente os estudos sobre a escravidão e sobre o movimento abolicionista, que passaram a ser analisados pela perspectiva dos escravos. De acordo com Gomes;

[...] Trata-se de um amplo conjunto de estudos que atinge tanto as formas de pensar as relações entre senhores, escravos, dependentes e o Estado imperial, quer dizer, de pensar o trabalho escravo e o trabalho livre numa sociedade agrária e escravista, quanto as formas de pensar o trabalho assalariado e o papel do trabalhador em uma sociedade que se torna crescentemente urbano-industrial, a partir do século XX. Nessa dupla chave, de um lado, são particularmente interessantes os textos que se dedicam ao estudo da crise do trabalho escravo e do início da formação de uma classe trabalhadora livre, no campo e na cidade, contemplando a segunda metade do século XIX, especialmente as décadas de 1870 e 1880 (CASTRO,2004:158).

A intenção dos historiadores de resgatar as vozes dos excluídos, especificamente dentro do movimento abolicionista, estimulou a produção de pesquisas sobre os anos finais da escravidão, período de grandes turbulências e em que a presença dos marginalizados - homens livres pobres, libertos e cativos - podia ser mais bem investigado. Com isso os estudos sobre os anos iniciais do movimento antiescravista foram relegados a um segundo plano.

É importante frisar que, antes mesmo de se manifestarem essas novas tendências historiográficas no estudo sobre escravidão, o cientista social Clovis Moura, em 1959, já atentava para a relevância de se estudarem os novos protagonistas da história, e assim fez em seu *Rebeliões da Senzala*, em que transformava os cativos em agentes da história ao abordar os quilombos como unidade básica de resistência do escravo (MOURA, 1988).

Seguindo essa nova tendência historiográfica, não apenas os atores e protagonistas mudaram, mas também as abordagens e as fontes. Os documentos de polícia se transformaram em documentos fundamentais nessa tentativa de resgatar a voz dos excluídos. Em razão disso, a historiografia deixaria a margem os estudos que abordassem as décadas finais da escravidão sob a perspectiva dos dominantes.

O trabalho *O plano e o Pânico* de Maria Helena Machado é um exemplo dessa tendência. Machado, na tentativa de identificar a presença dos populares no processo abolicionista, ateu sua pesquisa à década final da escravidão. A autora analisou, sobretudo, documentos de polícia, que revelaram a participação dos populares, de

escravos e das sociedades antiescravistas no movimento abolicionista, em diversas cidades da província de São Paulo, como Santos e Campinas (MACHADO, 1994).

Segundo Maria Helena Machado, a formação de sociedades emancipacionistas era observada nas cidades depois da década de 1870, pois, junto com o processo de urbanização, emergiriam os seguimentos médios: advogados, médicos e funcionários públicos, capazes de articularem a criação dessas organizações.

A ausência de estudos sobre as sociedades antiescravistas na cidade de São Paulo, entre as décadas de 1850 e 1860, indica que as novas pesquisas sobre abolicionismo e escravidão teriam sido influenciadas pela historiografia sobre São Paulo. Segundo esta produção historiográfica São Paulo apenas ganhou feições urbanas depois de 1870.

A cidade de São Paulo não teria, portanto, os elementos considerados essenciais para dar início às primeiras manifestações antiescravistas antes de 1870. A historiografia sobre São Paulo por muitas décadas produziu estudos que abordaram a formação histórica de São Paulo pautada pela perspectiva de seu isolamento geográfico e pela existência de uma economia incipiente de subsistência, incapaz de promover uma dinamização econômica e social.

Os primeiros estudos produzidos por essa historiografia foram realizados, sobretudo, por memorialistas e jornalistas. Estes construíram as primeiras imagens e impressões de pobreza e isolamento da província de São Paulo, que teria marcado a história da cidade até pelo menos a década de 1870.

Os estudos produzidos por memorialistas, do final do século XIX, estavam ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: Affonso de Freitas, Nuto Sant'anna, Spencer Vampré, Aluísio de Almeida e Maria Paes de Barros. Esses trabalhos não pretendiam realizar grandes interpretações históricas com teorias e métodos rígidos, mas sim registrar suas impressões sobre a cidade, recorrendo muitas vezes à memória ou às fotografias de famílias e das principais ruas da cidade.

O trabalho de *História e tradições da cidade de São Paulo* de Ernani Bruno, publicado pela primeira vez em 1950, trouxe novos elementos para o estudo da história de São Paulo. Bruno desenvolveu um estudo analítico utilizando fontes diversificadas que apontavam a existência de dinamização econômica e social, embora, a interpretação do autor diminua a importância dos demais seguimentos urbanos que circulavam na

cidade, focando, sobretudo, a dinâmica que girava em torno da Academia de Direito. De acordo com Bruno, a cidade dependia econômica e socialmente dos estudantes, interpretação que reforçava a noção de pobreza do local.

Ao privilegiar esse viés interpretativo, o autor minimizou a dinâmica econômica e social urbana que existia independentemente dos estudantes. Para Bruno, o desenvolvimento de São Paulo foi evolutivo e, entre 1828 a 1872, a cidade não passava de um “burgo de estudantes”.

Sob a mesma ótica analítica e com o mesmo peso interpretativo, Richard Morse, em *Formação Histórica de São Paulo*, de 1970, observa o desenvolvimento evolutivo em São Paulo dividindo o processo em dois momentos: comunidade e metrópole. As duas interpretações, apesar de algumas diferenças, levam ao entendimento de que São Paulo até 1870 era uma sociedade isolada, estagnada, que conservava ainda feições coloniais.

Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, os trabalhos produzidos por essa historiografia foram influenciados pelos modelos interpretativos propostos pelos estudos cepalinos, que priorizaram, entre outros temas, a economia agroexportadora, deixando à margem as regiões econômicas voltadas para o mercado interno, como o circuito de abastecimento interno realizado pela cidade de São Paulo e arredores. De acordo com essas pesquisas, a dinamização na cidade de São Paulo, somente, teria ganhado destaque após a introdução do café na província paulista, nas primeiras décadas do século XIX, mas que refletiriam em mudanças socioeconômicas no local apenas depois de 1870.

O viés interpretativo adotado por Caio Prado Jr, Sérgio Buarque de Holanda, Maria Luiza Ferreira Oliveira e Denise Soares de Moura aponta para a existência de dinâmica econômica, social e política na sociedade paulistana que não foi devidamente contemplado nos estudos de Richard Morse e Ernani Bruno.

Evolução política do Brasil de Caio Prado Jr, embora tenha sido publicado em 1942, insere-se nessa historiografia renovada sobre a história de São Paulo, por indicar em seu estudo, sob uma abordagem marxista, a dinâmica comercial existente entre a cidade e outras localidades, bem como o importante papel desempenhado por ela na produção de gêneros alimentícios para o abastecimento regional. Com essa análise, Prado Jr. desconstruía a imagem de isolamento e estagnação econômica de São Paulo.

Observando as particularidades do processo de desenvolvimento da cidade de São Paulo, Sérgio Buarque de Holanda, em seu texto *São Paulo*, enfatiza o papel decisivo da Província de São Paulo, que destacou representantes de sua capital no processo que resultou na emancipação do país. O historiador, nesse viés interpretativo, atenta para a existência de uma dinâmica urbana e para a presença de grupos sociais que não ficaram alheios aos assuntos da nação (HOLANDA, 1995).

Na mesma direção, caminhou o estudo *Sociedade Movediça* de Denise Soares Moura, que indicou um princípio de dinamização nas esferas social, político e cultural da cidade de São Paulo já na primeira metade do século XIX, entre os anos de 1808 a 1850. De acordo com a historiadora, tais transformações eram resultantes da presença da Corte no país e de seus desdobramentos: a independência e a implantação do Estado (MOURA, 2005).

Na perspectiva de encontrar indícios de desenvolvimento na cidade de São Paulo, Moura apoiou-se em documentação diversificada que incluía documentos de polícia como autos-crimes, autos-cíveis, jornais, papéis avulsos, documentos judiciais, registro Geral da Câmara, Revista da Sociedade Philomathica, entre outras fontes.

Destacando a força da nova historiografia sobre São Paulo, registrou-se também o estudo *Entre a casa e o armazém* de Maria Luiza Ferreira de Oliveira, que investigou, entre os anos de 1850 e 1900, os aspectos da urbanização na cidade de São Paulo, abordando particularmente as formas de sociabilidade forjada pelos seguimentos médios urbanos.

Para desenvolver esse estudo, Oliveira analisou inventários, jornais e papéis avulsos disponíveis no Arquivo Municipal de São Paulo. Apontou a existência de uma dinâmica urbana, marcada por um comércio ativo, caracterizado pela formação de uma rede de solidariedade, que tornava os seguimentos urbanos menos dependentes dos grupos agrários.

A construção de uma nova imagem da cidade de São Paulo colaborou para o surgimento de estudos preocupados em compreender as sociabilidades urbanas e os elementos que a compunham. O presente estudo segue o mesmo viés interpretativo, investigando as primeiras organizações antiescravistas surgidas na cidade de São Paulo, formadas pelos seguimentos médios urbanos e por fazendeiros progressistas.

Para desenvolver o presente estudo privilegiaram-se alguns jornais que circularam na cidade de São Paulo no período em questão: *Correio Paulistano* e *Radical Paulistano*. Os periódicos foram a principal fonte para esta pesquisa, através dos quais foi possível conhecer o estatuto das sociedades, os nomes de alguns de seus fundadores e mesmo as ações praticadas pelos antiescravistas, que recorreram a imprensa para divulgar as idéias e práticas antiescravistas.

1. As primeiras sociedades antiescravistas

A partir de 1850 é possível observar o surgimento das primeiras sociedades antiescravistas na cidade de São Paulo, são elas: Amizade (1832), Piratininga (1850), Libertadora (1856), Onze de Agosto (1857), Fraternização (1864), América (1868), Redentora (1869).

Embora todas tivessem em comum o interesse em promover a alforria dos cativos, há algumas diferenças entre elas, algumas nasceram com o único fito de promover a emancipação dos cativos e outras surgiram como projetos das lojas maçônicas, que, embora não fossem exclusivamente emancipacionistas, também saíram em defesa dos cativos. Entre as sociedades exclusivamente emancipacionistas, destacaram-se a Libertadora, a Onze de Agosto, a Fraternização e a Redentora. Esta última foi criada pela loja maçônica América.

A Libertadora, a Onze de Agosto e a Fraternização foram criadas exclusivamente por estudantes, ao passo que as lojas maçônicas Amizade, Piratininga e América abrigaram grupos urbanos diversificados.

1.1 As idéias emancipacionistas nas lojas maçônicas paulistanas

Embora não fosse em si um princípio maçônico, a defesa da liberdade dos cativos acabou sendo uma das principais questões abordadas pela maçonaria paulistana. A maçonaria, de modo geral, foi fortemente influenciada pelas idéias iluministas e congregava homens de origens e religiões distintas, cuja utopia estava pautada na fraternização como meio de estabelecer ligações com outras cidades, províncias e países. Apesar de seu caráter cosmopolita, isso não impediu que a maçonaria apresentasse características específicas de cada país ou região onde se instalava (AZEVEDO, 1997: 178).

No Brasil a maçonaria preocupou-se com os problemas políticos e sociais, tendo inclusive havido maçons entre os conspiradores que participaram da Inconfidência Mineira. No mesmo sentido, quando a discussão sobre o fim da instituição escravista estava em pauta, a maçonaria mais uma vez se manifestou. A escravidão foi tema recorrente nas reuniões maçônicas. Seria, portanto, um grave erro negligenciar a participação da maçonaria, sobretudo a paulistana, na questão relativa à emancipação dos escravos nesse período. Na cidade de São Paulo, as lojas maçônicas tiveram papel importante na divulgação das ideias emancipacionistas (COSTA, 1999: 35).

A loja Amizade foi a primeira com sede na cidade de São Paulo. A organização foi fundada por cinco estudantes da Academia de Direito: José Augusto Gomes de Menezes e Vasconcellos Drummond, João Manuel Lopes Pimentel, Manuel e Jesus Valderara, Luis Fortunato de Britto, Bernardino José de Queiroga, e pelos advogados: Bento Joaquim de Sousa e Constâncio José Xavier Soares. Embora a sociedade tenha sido fundada por estudantes da Academia de Direito e advogados, logo contou com a participação de comerciantes, políticos, funcionários públicos e clérigos da cidade.

Coincidentemente ou não, a Amizade foi criada um ano depois de sancionada a lei de 7 de novembro de 1831, primeira tentativa frustrada de pôr fim ao tráfico internacional de escravos. (CASTELLANI, 1996).

A loja Amizade foi o primeiro espaço em que se articularam as ideias emancipacionistas, fora da Academia de Direito e, após 18 anos de atuação, apoiou a fundação de uma nova loja, a Piratininga, em 1850. Entre seus criadores, estava Joaquim Ignácio Ramalho, que já compunha o quadro da loja Amizade e que foi eleito o primeiro venerável da nova loja.²

A Piratininga foi fundada no mesmo ano em que foi aprovada a lei Eusébio de Queirós e os reflexos dela foram sentidos nas primeiras reuniões realizadas pela organização. O então venerável da loja Joaquim Ignácio Ramalho propôs em reunião que a sociedade somente aceitasse a iniciação de profanos³ que não tivessem relação direta com o tráfico de escravos e que fossem favoráveis às ideias antiescravistas.⁴

² O cargo de venerável dentro do círculo maçônico era a função máxima que se podia conquistar. Para que um maçom assumisse o posto de venerável era preciso que tivesse popularidade, já que havia votação para escolher o candidato.

³ Era chamado de profano todos aqueles que buscavam ser inseridos em um círculo maçônico.

⁴ Ata de reunião da loja maçônica Piratininga. Nº 15, de 28 de outubro de 1850.

Quando a Piratininga foi fundada em 1850, a população da cidade de São Paulo havia dobrado – de 10 mil habitantes para pouco mais de 20 mil, ou seja, ainda que fosse considerada de pequeno porte, se comparada com a cidade do Rio de Janeiro, isso não a impediu de promover as primeiras manifestações antiescravistas, já em princípios da década de 1850 e 1860 e contar com a participação de grupos sociais tão diversificados.

Na Piratininga, os pedidos de iniciação feitos por estudantes foram constantes, sobretudo nos primeiros anos da loja. Isso se deveu a um estímulo da própria loja de aproximar-se dos estudantes da Academia de Direito (CASTELLANI, 2000). Provavelmente Joaquim Ignácio Ramalho, então figura conhecida na cidade e lente da Academia de Direito, e José Bonifácio, o Moço, que também era professor da Academia de Direito, tenham sido os principais responsáveis pela iniciação dos estudantes na loja.

A Academia de Direito era um dos mais importantes centros de produção intelectual do país. Tinha composição variada, 90 % dos alunos que cursavam o curso jurídico vinham de outras províncias o que significava que, depois de formados, estes poderiam difundir por diferentes partes do país os princípios maçônicos. Além disso, a Academia de Direito tinha a finalidade de preparar a elite pensante nacional, que ocuparia os principais cargos políticos: ministros, diplomatas, presidentes de província e deputados. O estímulo à iniciação dos estudantes era, portanto, uma estratégia política (NOGUEIRA, 1977).

Já a loja América surgida em 1868, dezoito anos depois da Piratininga desfrutava de um contexto político e social mais aberto as ideias emancipacionistas. Esta organização deu início as suas atividades no final de 1868 e foi regularizada no ano seguinte. Entre seus fundadores estavam Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (lente da Academia de Direito e fazendeiro), Vicente Rodrigues da Silva (negociante), Dr. Inácio Aquiles Betoldi (médico), Salvador Furtado de Mendonça Drummond (advogado e jornalista), Rufino Mariano de Barros (negociante), José Maria de Andrade (advogado), Ciríaco Antonio dos Santos e Silva (funcionário público), Antonio Louzada Antunes (funcionário público), Dr. Olímpio da Paixão (Advogado), Joaquim Tavares Guerra (estudante), Jerônimo José de Andrade (negociante), Luis Gonzaga Pinto da Gama (rábula e jornalista), Ferreira de Meneses (advogado), Américo Brasileiro de Almeida Melo (advogado) e Américo Basílio de Campos (advogado e

jornalista). Dois anos depois da criação da loja América, o número de iniciados chegou a 130 membros (CÂMARA, 2010: 45). Assim como a loja Piratininga, a América contou com grupos sociais distintos, entretanto, entre seus fundadores não foi registrada a presença de clérigos.

1.2 A participação das mulheres na sociedade Redentora

A loja América estava aberta a participação das mulheres e por esta razão um ano após a criação da sociedade Redentora, em 1869, a organização passou a ser administrada e formada por senhoras, alcançando o número de 113 matriculadas, número bastante representativo para o período (AZEVEDO, 1999: 97).

A participação dessas senhoras demonstra que as ideias antiescravistas não se restringiram ao círculo letrado masculino da sociedade paulistana. A semelhança dos sobrenomes sugere que essas mulheres tinham algum grau de parentesco com os maçons da loja América. A organização não informou quem eram as matriculadas, havendo apenas registro dos nomes e dos cargos ocupados pelas senhoras que atuaram na administração da Redentora.

Anna Bem Vinda Ribeiro Andrada, Luiza Emília da Conceição e Azevedo Marques, Maria das Dores Gomes, Anna Marcelina de Carvalho Andrada Machado e Carlota de Sampaio e Câmara compunham o grupo de senhoras que formou a primeira diretoria da sociedade. Elas ocuparam, respectivamente, os cargos de presidente, secretárias e tesoureiras.

Não há muitas informações a respeito da vida dessas mulheres. Sabe-se apenas que Anna Marcellina de Carvalho Andrada Machado era esposa de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, maçom fundador da loja América e primeiro venerável da organização, e que Veridiana Valéria da Silva Prado, que ocupou o cargo de presidente da sociedade em 1871, era filha de Antônio da Silva Prado, barão de Iguape, e comerciante de açúcar. Veridiana nasceu em 11 de fevereiro de 1825 em São Paulo e casou-se no ano de 1838, ao completar 13 anos, com seu meio tio Marinho da Silva Prado, quatorze anos mais velho (HOMEM, 1980).

Embora morasse em sua fazenda, Campo Alto, Veridiana passou longas temporadas na cidade, em sua chácara, lugar que escolheu para dar à luz seus seis filhos.

Sua residência estava localizada na Rua da Consolação, vizinha à chácara do antiescravista Joaquim Ignácio Ramalho.

Veridiana era senhora muito respeitada na sociedade paulistana entre seus pares e admirada pelas senhoras de outros grupos sociais (HOMEM, 1980). A presença de mulheres como ela na organização despertava a atenção da sociedade paulistana e estimulava o ingresso de outras senhoras. A inclusão de novos membros na organização representava aumento dos recursos, que seriam convertidos na promoção de alforrias, como informa a passagem publicada no jornal *Correio Paulistano* de 10 de novembro 1871 “o número das pessoas emancipadas até hoje por esta sociedade sobe a dez, além de outras que por seu intermédio foram concedidas”.

A sociedade emancipacionista Redentora foi criada com o fim exclusivo de alforriar crianças menores de sete anos, e todas as ações realizadas por ela ficou registrada no jornal *Correio Paulistano* de 29 de novembro de 1870, desde a eleição de diretoria da sociedade até as cartas de alforria concedidas por ela, as quais vinham, em sua maioria acompanhada dos valores gastos com o documento, como registra o anúncio abaixo:

Sociedade Redemptora

Diretoria

Presidente: Alda Boys de Mello

Secretária: Luiza Emília da Conceição Azevedo Marques e Maria das Dores

Deliberou-se as alforrias: Maria de 3 annos, escrava da sra. D. Eulalia Fausta da Silva, pela quantia de 300\$00 réis.

Um escravo, de 3 annos, de herança de José Leme, sob proposta do Sr. Dr. Américo Ferreiro de Abreu, 150\$00 réis [...].

A presença das mulheres na direção da sociedade Redentora era uma importante estratégia da loja América para ampliar os espaços de atuação das ações antiescravistas na cidade fortalecendo seu discurso emancipacionista. A Redentora foi a única entre as sociedades estudadas que teve o estatuto reconhecido oficialmente pelo governo provincial. O prestígio dela, entretanto, não deve ser atrelado à presença das mulheres, pois, quando elas ingressaram na organização, o estatuto já havia sido aprovado (AZEVEDO, 2005).

1.3. O pacto de tolerância

Diferente dos abolicionistas, os antiescravistas das décadas de 1850 e 1860 não foram alvos de perseguições sistemáticas da polícia, já que as ações emancipacionistas eram limitadas e dependiam de longas negociações, na qual o proprietário do escravo tinha que concordar com a venda, somente assim o antiescravista poderia comprar o escravo e em seguida conceder a este a carta de alforria.

Até a lei do Ventre Livre em 1871 não existia o direito de pecúlio, que obrigava o senhor a aceitar a venda do seu cativo se este lhe apresentasse o valor pedido pelo senhor (BERTIN, 2004). Além disso, notou-se que alguns dos membros das organizações emancipacionistas possuíam cargos dentro da polícia, entre eles, Luiz Gama, que desempenhou a função de amanuense da secretaria de Polícia da cidade até 1869 (CÂMARA, 2010: 42).

A presença de emancipacionistas dentro da polícia diminuía as tensões que existiam entre as sociedades antiescravistas e a polícia. A relação entre a polícia e as sociedades emancipacionistas neste período podia ser definida pela existência de uma espécie de *pacto de tolerância*, no qual a polícia e os escravistas permitiam que as organizações antiescravistas funcionassem, mas dentro de certos limites, ou seja, elas não podiam promover a desordem pública nem ferir o direito de propriedade do senhor de escravo.

Aos escravistas caberia investigar e acompanhar de perto as ideias e práticas antiescravistas desenvolvidas pelas sociedades emancipacionistas. Para os escravocratas, motins e revoltas escravas representavam instabilidade da ordem, levando conseqüentemente temor à população, deslegitimando as ações antiescravistas. A desordem pública serviria apenas para alimentar o discurso escravista.

Diante deste cenário de frágil equilíbrio de forças, algumas organizações como a sociedade estudantil Fraternização optou pelo anonimato no período de 1864 a 1870, por temer perseguições. Sabe-se que a loja maçônica América sofreu alguns constrangimentos, principalmente direcionados a Luiz Gama acusado diversas vezes de promover insurreições escravas e até mesmo de ser responsável pela libertação ilegal de cativos. Tais insinuações custaram o seu emprego na polícia, mas nenhuma violência física foi registrada.

Em todas as ocasiões em que a loja América e Luiz Gama foram acusados de incitarem a violência recorreram a imprensa a fim de se defenderem, endossando a argumentação emancipacionista de que não tinha interesse algum em promover a desordem pública, como fez Luiz Gama em texto publicado no jornal *Correio Paulistano* em 10 de novembro de 1871:

Sou agente da Loja América em questão de manumissão, e, com o eficaz apoio dela, tenho promovido muitas ações perante os tribunais, “em favor de pessoas livres, ilegalmente mantidos em cativeiro”. A isto somente, e à promoção de subscrições filantrópicas em proveito dos que pretendem alforriar-se, tem-se limitado todo o meu empenho em prol da emancipação; nem outra há sido a nobre missão da Loja América. Protesto sinceramente, não só para fazer calar os meus caluniadores políticos, como aos inimigos da Loja América, que não sou nem serei jamais agente promotor de insurreições, porque de tais desordens e conturbações sociais não poderá jamais provir o menor benefício à mísera escravatura [...].

A fala de Luiz Gama leva ao entendimento de que distúrbios sociais envolvendo cativos e libertos poderia deslegitimar a luta emancipacionista e ao mesmo tempo favorecer os escravistas que não acreditavam na possibilidade de substituição da mão-de-obra cativa pela livre por vias pacíficas (CASTRO, 1995). Tal aspecto podia ser observado também pelos critérios de alforriamento estabelecidos pelas organizações emancipacionistas que optavam por libertar cativos do sexo feminino, crianças menores de sete anos de idade e escravos com profissões, estes tinham mais chances de serem incorporados à sociedade escravista. De modo geral, as organizações antiescravistas evitaram promover a alforria dos cativos africanos, considerados mais violentos (MATTOSO, 1988).

Somente depois de sancionada a Lei do Ventre Livre em 1871 o equilíbrio de forças entre as sociedades emancipacionistas e os escravistas foi alterado. Este novo contexto teria provocado a quebra do *pacto de tolerância* e promovido o surgimento de novas organizações emancipacionistas e levando a radicalização das práticas antiescravistas.

Neste novo contexto, a propriedade escrava deixava de ser inviolável. Se um cativo dispusesse do valor equivalente a sua carta de alforria, o senhor seria obrigado a concedê-la sem prerrogativas. A aprovação do pecúlio pela Lei do Ventre Livre

representou um avanço importante em direção às ações antiescravistas. Com isso, as atuações dessas sociedades intensificaram-se.

Cada organização antiescravista agia de um modo muito particular, umas foram mais discretas enquanto outras optaram pela exposição pública. A sociedade estudantil Onze de Agosto, por exemplo, publicou seu estatuto completo no jornal *Correio Paulistano* em 1857, do mesmo modo agiu a loja América.

A América foi a organização que mais se expôs publicamente, quase todas as informações a seu respeito foram extraídas do jornal *Correio Paulistano* – funcionamento, projetos, cartas de alforria concedidas, brigas políticas e mudanças administrativas. O fato de Américo de Campos ser um dos redatores do jornal e ao mesmo tempo membro da loja América pode explicar tanta exposição.

A imprensa paulistana foi mobilizada pelos antiescravistas, além do periódico *Correio Paulistano*, de grande circulação na cidade, foi criado o jornal *Radical Paulistano*⁵ que contou com a participação de nomes importantes do movimento abolicionista: Rui Barbosa, Luiz Gama, Castro Alves, Américo de Campos e Joaquim Nabuco.

Já na década de 1860, não era apenas Gama que aparecia como figura de destaque das primeiras manifestações emancipacionistas da cidade estava em sua companhia Joaquim Ignácio Ramalho, José Bonifácio, o Moço, Américo de Campos, Joaquim Nabuco, Castro Alves e Rui Barbosa, nomes mais importantes da luta antiescravista. Com exceção de Joaquim Ignácio Ramalho e José Bonifácio, o Moço, que eram membros da loja Piratininga, todos eram membros da loja maçônica América.

Américo de Campos e Luiz Gama eram os membros mais ativos dentro da loja. Ambos compunham a comissão responsável por defender os africanos ilegalmente escravizados e por articular e reunir os recursos necessários para a compra das cartas de alforria, que eram realizadas com frequência dentro da loja América (AZEVEDO, 1999).

⁵ O jornal *Radical Paulistano* foi criado em 1869 com o objetivo de publicar as propostas do Clube Radical Paulistano. O organismo formaria posteriormente o Partido Republicano Paulista. As principais bandeiras levantadas pelo Clube Radical era extinguir a escravidão e o poder moderador. O Clube Radical tinha a intenção de ser o mais radical possível, muitos de seus fundadores e membros tinham migrado do partido Liberal. Entre os fundadores do Clube estavam Luiz Gama, Rui Barbosa, Américo de Campos.

As sociedades emancipacionistas paulistanas eram muito ativas, embora a cidade de São Paulo no período analisado contasse com uma população considerada pequeno. Elemento que teria favorecido a formação das primeiras organizações antiescravistas, já que a cidade abrigava a Academia de Direito e foi cenário de três lojas maçônicas a Amizade, a Piratininga, a América, da Redentora e das sociedades emancipacionistas estudantis Onze de Agosto, Fraternização e Libertadora.

As dimensões limitadas da cidade favoreciam o diálogo entre os antiescravistas, sendo recorrente a presença de emancipacionistas em mais de uma organização. Era comum também que mais de uma sociedade ocupasse o mesmo espaço, a loja maçônica América até 1875 realizou suas reuniões e atividades na sede da loja maçônica Piratininga e, a Piratininga por sua vez, em seus primeiros anos dividiu o mesmo recinto com a loja Amizade (CASTELLANI, 2000), ou seja, a falta de lugares para abrigar todas estas organizações, acabava colaborando para o encontro destes homens que compartilhavam de ideais comuns.

A forma como estas organizações agiam e se relacionavam com os escravistas e a polícia era muito particular. Os emancipacionistas agiam dentro da ordem e por este motivo, não havia registros policiais que atestassem conflitos e embate entre os antiescravistas e a polícia ou com os escravistas. As sociedades emancipacionistas não faziam uso da violência, aspecto que as diferenciavam do movimento abolicionista que despontava em anos avançados da década de 1870.

As organizações emancipacionistas mobilizaram a imprensa paulistana e envolveram a Academia de Direito, seguimentos sociais urbanos diversificados e contou também com a participação das mulheres.

O movimento emancipacionista paulistano se transforma em uma espécie de vitrine para os antiescravistas de outras províncias e cidades, visto que os estudantes que atuavam nas sociedades emancipacionistas, após a formação voltavam para suas cidades de origem e difundiam as ideias antiescravistas.

Referência Bibliográfica

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha**: a trajetória de Luiz Gama na Imperial cidade de São Paulo. Campinas: Unicamp, 1999.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Maçonaria**: história e historiografia. In: *Revista USP, Dossiê Sociedade de Massas e Identidades*. n°32, 178-89, dez/jan/fev. 1996-1997.

BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do século XIX**: liberdade e dominação. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

CÂMARA, Nelson. **O advogado dos escravos**: Luiz Gama. São Paulo: Lettera.doc, 2010.

CASTELLANI, José e FERREIRA, Cláudio. **A Amizade**: a primeira Loja Maçônica na história de São Paulo (1832-1996). 1° Ed. São Paulo: Editora Amizade, 1996.

CASTELLANI, José. **Piratininga**: história da Loja Maçônica, tradição de São Paulo. Edição de comemoração do ano de sesquicentenário. São Paulo: OESP, 2000.

CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

COSTA, Frederico Guilherme. **A maçonaria e a emancipação do escravo**. Paraná, Londrina: A trolha, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros, escravos libertos e sua volta para a África**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **São Paulo**. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. vol. 2. [s.n.] T.2, p.415-72. 1995.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **Higienópolis**: grandeza e decadência de um bairro paulistano. Prefeitura do Município de São Paulo/ Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico, 1980.

GOMES, Ângela de Castro Gomes. **Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980**: notas para um debate. *Estudos Históricos*. vol.2, n°34, pp. 157-86. 2004.

MACHADO, Maria Helena Toledo. **Plano e o Pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/EDUSP, 1994.

MOURA, Clovis. **Rebeliões escravas**: quilombos, insurreições e guerrilhas. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Mercado Aberto. 4° Ed. 1988.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. **Sociedade movediça**: economia, cultura e relações sociais em São Paulo (1808-1850). São Paulo: Editora UNESP, 2005.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém**: relações sociais e experiência da urbanização: São Paulo (1850-1900). São Paulo: Alameda, 2005.

SANT'ANNA, Nuto. São Paulo Histórico: aspectos, lendas e costumes. São Paulo: Coleção do Departamento de cultura, 1944. Vol. 4.

VAMPRÉ, Spencer. **Memórias para a história da Academia de São Paulo**. Livraria Acadêmica/ Largo do ouvidor. São Paulo: Saraiva, 1924. Vol. I.